



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 03 /21**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 21 DE JUNHO  
DE 2021**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alcochete e Fórum Cultural de Alcochete, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pelo Partido Socialista:*

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira.

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Miriam Pires Boieiro, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Susana Isabel Marques Pereira Maia, Maria de Fátima Lima Vieira, Álvaro Jacinto Costa e Rodolfo Soares Marques Pereira.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, Alexandra Isabel da Silva Braz e Ana Mafalda Boieiro Marques.

*Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:*

- Luiz Branco Batista.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da junta de freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Henrique de Meneses Infante da Câmara, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo pessoal, tendo sido substituída por Ana Cristina Brandão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Bruno José Pereira Soares, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Diogo da Silva Mourão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Mafalda Catalão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, Jorge Manuel Pereira Giro e Estêvão António das Neves Boieiro e Pedro Miguel Abreu Louro.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **- Ata da sessão ordinária de 12 de setembro de 2020**

Submetida à discussão, pelo presidente da assembleia foi proposto que na página 13 onde se lê: “a câmara tomou conhecimento”, deverá ler-se “a assembleia tomou conhecimento”.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta.

### **Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:**

- Ana Lúcia Maduro:

Solicitou um ponto de situação relativamente à pandemia. Informou que tem noção que a vacinação está a decorrer de forma exemplar, aproveitando para agradecer a todos os funcionários de saúde que se têm empenhado nesta área.

- Álvaro Costa:

Questionou se já tinha recebido o pedido da Fundação João Gonçalves Júnior, solicitando a designação de três membros da assembleia municipal para integrarem o Conselho Fiscal desta instituição. O último mandato terminou em março e de acordo com os seus Estatutos, implicava o início de nova designação a partir de janeiro do corrente ano, o que não aconteceu.

- Luiz Batista:

Usou da palavra na qualidade de presidente da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território, dizendo que no dia 5 de setembro de 2019 remeteu e-mail ao presidente da assembleia municipal solicitando o reencaminhamento ao presidente da câmara, no sentido de lhe serem enviados um conjunto de informações relativas à questão do desenrolar dos trabalhos do PDM: quais os pressupostos e condicionantes colocados pelo município à empresa contratada para trabalhar no PDM; quais as áreas urbanizáveis e se os núcleos das freguesias irão ou não ser alargados; se existe alargamento do interface que possa interferir com as áreas de RAN e REN e zona especial de proteção; se serão estabelecidos limites à construção em altura, nomeadamente nas zonas junto ao rio; se a eventual vinda do aeroporto para o Montijo estará considerada no desenvolvimento do PDM sobretudo no que concerne às

acessibilidades do mesmo. As respostas sejam enviadas a todos os membros da comissão, preferencialmente antes da próxima sessão da assembleia municipal.

Solicitou ainda o agendamento de uma reunião com a comissão, na qual deverão estar presentes os membros desta, vereador do pelouro, chefe de divisão responsável por esta área e o técnico da empresa encarregada do desenvolvimento do PDM.

Afirmou que até à data não recebeu nada, questionando por isso, se poderia esperar por uma resposta até ao final do mandato.

- Andreia Sousa:

Abordou o assunto relativo à apanha de bivalves no rio Tejo, dizendo que o PSD já em 2014 apresentou moções sobre esta área e em 2018 apresentou um conjunto de soluções que visam promover as entidades para implementação da fiscalização, de forma a mitigar os problemas associados a esta atividade. Passaram três anos sobre a apresentação da moção e os problemas persistem.

Tem conhecimento que o executivo reuniu com os Ministros da Administração Interna e do Mar, e em face disso, questionou que medidas concretas resultaram da mesma.

- Presidente da assembleia municipal:

O deputado Álvaro Costa não esteve presente na última sessão e em virtude disso certamente não se apercebeu que para a referida sessão foi remetido a todos os deputados um ofício enviado pela Fundação João Gonçalves Júnior a solicitar a indicação de novos elementos para o Conselho Fiscal desta entidade. Porém, como o tempo era curto e carece da apresentação de listas, entendeu passar o assunto para na presente sessão, pelo que adiante solicitará a inclusão deste ponto.

Em resposta ao deputado Luiz Batista informou que os dados pretendidos terão que ser remetidos pela câmara municipal. Acrescentou que o deputado estava equivocado quanto à marcação de uma reunião, porque é ao presidente da comissão que compete marcar as reuniões, de acordo com o artigo 44.º do Regimento da assembleia municipal.

- Luiz Batista:

Afirmou que tem bem presente esse preceito, contudo, não fará sentido convocar uma reunião, se não tiver elementos para apresentação e análise.

- Presidente da câmara:

Em resposta à deputada Ana Lúcia Maduro, informou que já se viveram tempos mais serenos e tranquilos do que aquele que se atravessa. Alcochete está inserida na AML e com os condicionalismos inerentes a esta área geográfica.

O total de casos por covid 19 é de 1 563, sendo que nos últimos dias os casos de infeção são 38. A incidência cumulativa de novos casos por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias é de 192, começando por isso a assumir contornos de preocupação. Os casos recuperados são 1 503 e registavam-se até ao momento 22 óbitos.

Até ao momento, já foram inoculadas (1.<sup>a</sup>) 9 368 vacinas e com a (2.<sup>a</sup>) 4 268, perfazendo um total de 13 336.

O centro de vacinação no pavilhão do Samouco tem vindo a desempenhar as suas funções de forma exemplar, muito por força do profissionalismo, dedicação e desempenho dos profissionais de saúde, bem como do comportamento por parte dos funcionários da câmara. Também reconheceu o valioso trabalho dos bombeiros no transporte de utentes para o centro de vacinação, no total de 294.

Em relação à questão apresentada pelo deputado Luiz Batista e não obstante a explicação dada pelo presidente da assembleia, referiu que o processo de revisão do PDM e outros, sofreram variados reveses desde o início do ciclo pandémico que teve início em março de 2020. Trata-se de um processo que já tinha algum atraso e que continua. O trabalho está com os técnicos, acompanhados por uma empresa da especialidade que colabora com a câmara, no sentido de no tempo limite que foi imposto será até ao final do próximo ano. O processo de revisão tal como acontece com toda a atividade inerente à função pública tem atrasos significativos cujas datas limite deste trabalho têm sido sucessivamente prorrogados pelo Governo. Daí, que seja natural e, não obstante o que o presidente da assembleia referiu, que o pedido do deputado Luiz Batista não tenha ainda sido satisfeito. A seu tempo e quando chegar a altura de haver respostas concisas e definitivas, ser-lhe-ão enviadas as respostas às questões solicitadas.

Em resposta á deputada Andreia Sousa, afirmou que quer a atual câmara quer a anterior, desenvolveram todos os esforços necessários que têm ao seu dispor, de acordo com as suas competências, para que o assunto tenha um fim à vista no mais curto espaço de tempo. Durante o presente mandato já reuniu três vezes (com o Ministro do Mar que também contou com a presença da Secretária de Estado das Pescas e com o Presidente do Conselho Diretivo do IPMA e considerou-as importantes, apesar de não ter as respostas que todos gostariam de ouvir, quer no que se prende com a construção da depuradora no Barreiro quer pelo facto de os bivalves apanhados a montante da ponte Vasco da Gama, caso a depuradora estivesse a trabalhar, também não poderiam entrar nesta, porque a área está interdita, devidos aos metais pesados e às bactérias existentes, cujo consumo, poderá conduzir à morte dos consumidores. Questionado o Ministro do Mar no sentido de se saber a que se devia esta situação, foi respondido que tem a ver com as chuvas e com o Covid, mas esta resposta não o convenceu.

Da reunião com o Ministro da Administração Interna, resultou o compromisso de que iria diligenciar uma fiscalização mais firme e assertiva, perante comportamentos que são adotados no âmbito da já referida atividade.

Na semana anterior reuniu por videoconferência assim como a vice-presidente da câmara, com a Secretária de Estado da Inclusão e das Migrações, na qual deram nota da inexistência de um conhecimento assertivo sobre os mariscadores radicados no concelho. Foi feita uma estimativa de 1 700 mariscadores que diariamente desenvolvem a sua atividade no concelho de Alcochete (nem todos são residentes no concelho).

- Luiz Batista:

Lembrou que ainda não obteve resposta à sua questão e que é à assembleia municipal que compete fiscalizar a câmara e daí ter sido criada uma Comissão especializada.

Informou que já acompanha o problema dos mariscadores há vários anos e referiu que nunca tinha ouvido falar da questão dos metais pesados na referida zona, mas sim na zona do Barreiro, devido á atividade industrial que existiu. Quanto às bactérias, aproveitou para questionar se a ETAR cumpre a sua função convenientemente.

- Pedro Ferreira:

Referiu que já acompanha este assunto há muito tempo e que o grande foco se situa na freguesia de Samouco. O Governo já vai no 2.º mandato e ainda não resolveu nada, quer quanto à construção da depuradora quer quanto à fiscalização.

Também esteve presente na reunião com as várias entidades e da mesma conclui que todas, têm responsabilidades, mas ao mesmo tempo ninguém tem responsabilidades nenhuma.

Chamou a atenção para a falta de regulamentação, salientando a parte social no que respeita à subsistência de muitas pessoas, frisando que não têm assistência social e isso poderá ser um sério problema e entende que não se deve desculpar quem nada faz para resolver o problema.

- Álvaro Costa:

Referiu que houve todas as condições para que na anterior reunião tivessem sido designados os membros e que também existem na presente sessão, tanto mais que este atraso deixa a instituição em gestão corrente. Trata-se de uma instituição que é uma referência ao nível do distrito de Setúbal e indicou vários *itens* que levam a esta constatação.

- Presidente da assembleia:

Salientou que o assunto não foi tratado de ânimo leve, dado ter sido consultada a instituição e ter recebido da parte desta a informação de que não havia nenhum problema pelo facto de o assunto passar para a próxima sessão, tanto mais que ao Conselho Fiscal compete gerir o património e não os atos de gestão diária.

- Presidente da câmara:

Informou que a ETAR tem estado a funcionar normalmente. Ocasionalmente existem descargas que são feitas no rio, mas é natural, não havendo assim nenhum aspeto que possa contribuir para o enorme número de metais pesados e de bactérias existentes. Na sua opinião, a fábrica do Alumínio nada terá a ver com esta situação, contrariamente aos pesticidas e herbicidas utilizados nos arrozais a montante de Alcochete.

Frisou que não está a desculpar o Governo na questão da apanha dos bivalves. Foi eleito pelo PS, mas é muito diferente de outros políticos que estão amarrados às ideologias políticas dos seus partidos, porque para ele estarão sempre em primeiro lugar a sua terra e a sua gente. Será sempre com garra e empenho que os defenderá.

Acrescentou que o PS está no seu segundo mandato e no primeiro esteve a par com um conjunto de partidos da “geringonça” da qual fazia parte o PCP e nessa altura nunca viu este partido (com a proximidade latente que tinha com o PS) insurgir-se contra esta matéria.

- Álvaro Costa:

Entende que a construção de uma depuradora é fundamental em 50% e os restantes 50% só podem ser realizados depois desta ser construída, porque irá determinar que haja condições de fiscalização por parte das entidades oficiais, desempenhando, por assim dizer, o mesmo papel que as lotas.

Quanto à intervenção do PCP no Governo para resolução deste problema, é apenas “falta de informação”, disse. Houve vários deputados do PCP que visitaram o concelho para se inteirarem desta e de outras matérias e por via disso apresentaram na assembleia da república algumas propostas, mas foram chumbadas à direita do PCP. É preocupante a vida social dos emigrantes, para além das más condições de trabalho e de exploração a que estão sujeitos.

- Pedro Ferreira:

Solicitou esclarecimento ao presidente da câmara sobre se acha que o Governo é ou não competente e se tem defendido a população do concelho de Alcochete em relação a esta matéria.

- Presidente da assembleia:

Frisou que para quem anda na rua e ausculte as pessoas, ouve que são os comportamentos sociais e no trânsito que são as principais queixas dos munícipes.

Na sua opinião, não há necessidade de haver mais leis e regulamentos e até a construção da depuradora não irá resolver nada. Ninguém em Alcochete se queixa do que se passa no mar, queixam-se é do trânsito e de se despirem na via pública (atentado ao pudor). Trata-se de regras sociais e para controlar isso tem é que haver fiscalização e aplicação das leis já existentes.

- Presidente da câmara:

Em resposta ao deputado Pedro Ferreira, esclareceu que não terá problemas em afirmar que o Governo quando não resolve um problema que afeta uma comunidade ou o país, é nesse caso incompetente nessas matérias. Contudo, frisou que o Governo do PS tem feito um trabalho fabuloso, que está à vista, de todos, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista das condições sociais.

**Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Ana Lúcia Maduro, em nome do PS, apresentou uma proposta de moção sobre “Justiça para a Península de Setúbal no acesso aos Fundos Comunitários”

Submetida à discussão usaram da palavra os seguintes membros:

- Álvaro Costa:

Referiu que ao ouvir a presente moção, não pode deixar de recordar o que aconteceu quando desapareceu a NUT3 (a que pertencia o distrito de Setúbal) e de quem foi a responsabilidade do seu desaparecimento. Na altura houve forças que se opuseram frontalmente e denunciaram o problema para esta região no que diz respeito à distribuição e à utilização dos fundos comunitários. A resposta foi sempre demagógica, afirmando-se que “lá estava o PCP e o seu radicalismo” a sua forma de estar na política, defendendo os interesses das populações. O PSD, CDS e PS foram coniventes no desaparecimento da NUT3.

Lembrou que mais vale tarde que nunca e não sabe se ainda irão a tempo de resolver o problema, de forma que o distrito e o concelho possam beneficiar dos fundos que virão, tendo em conta a situação pandémica que se atravessa.

Entende que a apresentação da moção é o assumir de um erro cometido por alguns há já alguns anos.

- Pedro Ferreira:

Na sua opinião, este tema vem mais uma vez à assembleia (e bem) e recordou que recentemente até houve uma proposta em que parecia que tinham que ser mais inteligentes para aplicar os dinheiros da bazuca, porque não seria através da NUT3 que se resolveria o problema. A Ministra é a mesma que afirmou que se iria avançar com a NUT3 e depois recuou, contudo percebe-se porquê, porque as eleições autárquicas estão próximas e há que voltar a criar a questão da NUT3.

Saudou a mudança de posição do PS bem como dos outros partidos, que reconhecem agora que a região precisa de uma NUT3 para ter melhores acessos, que irão permitir recuperar os atrasos que têm tido relativamente a outros na AML e ajudarão a acabar com algumas assimetrias. O Governo já deveria ter reconhecido esta situação há mais tempo e o PCP manteve sempre uma posição firme nesta matéria e deseja que os partidos na União Europeia também defendam a alteração.

- Diogo Mourão:

Congratulou-se por esta legislação ter sido operada pelos Governos PS e PSD e às vezes também pelo CDS, porque se fosse pelo PCP, provavelmente, o país nem estaria na União Europeia.

- Luiz Batista:

Entende que se trata de uma discussão que ilude todos, dado reconhecerem a necessidade de haver uma alteração da forma de financiamento e do acesso aos fundos europeus por parte da península de Setúbal e sobretudo do concelho de Alcochete. Não se deve fugir às responsabilidades e de facto foi com o Governo do PSD que a NUT3 acabou, contudo é necessário ver como foi feito no tempo, lembrando como estavam as



finanças de todos os municípios e de toda a região da península de Setúbal e que fundos estavam ainda por gastar no QREN que terminou em 2013.

A criação da NUT3 no Quadro 21/27 será difícil e esse é que é o grande problema.

- Presidente da assembleia:

Esclareceu que quando se falou da bazuca na anterior sessão era porque a alteração da NUT só poderia produzir efeitos a partir de 2028. Há um período de 6 anos em que os fundos não irão ser alterados para esta zona.

Também achou curioso o que ouviu nos meios de comunicação social os quais diziam que a NUT não está criada há mais tempo porque os municípios da região de Setúbal não querem sair da AML, contudo, a criação de uma nova NUT obriga à criação de uma região administrativa na área da nova NUT, o que de acordo com as regras não é possível dado que os partidos do distrito de Setúbal não quererem sair da AML.

Até 2027 torna-se necessário arranjar soluções e se calhar não será a NUT, porque o Quadro Comunitário seguinte já está aprovado há algum tempo.

- Pedro Ferreira:

Não percebe quando se diz que os municípios não estão interessados, quando são eles os mais interessados. O que os municípios defendem é que consideram de extrema importância estarem integrados na AML, como entidade de grande importância, mas uma coisa não inviabiliza a outra.

- Ana Lúcia Maduro:

Informou que a bancada do Ps na assembleia está pelo município e não pelo Governo e não têm culpa se até aqui o Governo nunca tomou nenhuma decisão nesta matéria. A moção é boa para a Península de Setúbal e para o concelho e que ainda há muito tempo para a discutir e levar aos órgãos soberanos do país.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Luísa Lourenço, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Em defesa do serviço público de gestão de resíduos”

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia:

Recordou que ficou chocado quando numa sessão da assembleia em que liderava a CDU na câmara, foram apresentadas as contas da AMARSUL porque se tratava de uma empresa pública e com a anterior intervenção ainda ficou mais.

Concordou com o voto contra o aumento em questão. Esta empresa quando era pública (não é criada para dar lucro) mas sim para satisfazer uma necessidade pública, obteve

em cinco anos 7,1 milhões de euros de lucro à custa de todos os consumidores, porque fatura na fatura da água o serviço que presta. Tomara muitas empresas privadas conseguirem obter em 5 anos tais lucros.

Isto não é uma boa gestão, disse. Gestão pública não é tirar aos consumidores para obtenção destes valores e considerou a relação entre 50% do lixo e a água um absurdo. Fica revoltado com o aumento, mas também com o lucro.

- Luiz Batista:

Considerou que o que estava em causa é a imposição do aumento de taxas pelo Governo, a TGR, que passou de 11,00 euros para 22,00 euros por tonelada e que é direta para o Ministério do Ambiente e não para a empresa, o que está mal e não o facto de se tratar de uma empresa pública ou privada.

- Diogo Mourão:

Entende que o aumento é injustificável, mas segundo julga saber, a câmara irá pagar a diferença deste aumento.

Apelou a que as pessoas façam reciclagem, porque quanto menos resíduos forem para o aterro menos a câmara paga e saudou o município pelo procedimento de recolha de bio resíduos, que contribuirá para afastar estes do aterro.

- Álvaro Costa:

Entende que a moção é de uma enorme clareza, daí não entender porque se fazem interpretações que não correspondem ao que está escrito.

Quando a empresa deu lucros as taxas não eram aumentadas e realizava-se investimento em viaturas de recolha de lixo. Mas foi privatizada e quando o foi estavam nos cofres da empresa cerca de 6 milhões e oitocentos mil euros (passados 15 dias da privatização este valor foi distribuído pelos acionistas), dinheiro este que era dos consumidores e servia para não aumentar as tarifas e dar melhores condições de trabalho aos trabalhadores da empresa.

Uma entidade pública não tem de dar lucro, mas também não deve dar prejuízo. Sendo pública tem responsabilidade social que uma privada não tem. A empresa distribuiu os lucros e quando têm prejuízos devem suportá-los.

Submetida a proposta à votação foi aprovada por maioria com 18 votos a favor (PS e CDU) e 6 abstenções (PSD, CDS-PP e 1 PS) (Documento anexo à Minuta da Ata)

O presidente da assembleia fez declaração de voto em seu nome.

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD.

- Ana Lúcia Maduro, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor “Às coletividades do Concelho”

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

O presidente da assembleia municipal solicitou a inclusão de um ponto para a designação de 3 elementos para o Conselho Fiscal da Fundação João Gonçalves Júnior, o que foi aceite, passando a ponto 8 da Ordem do Dia.

De seguida o presidente da assembleia propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite.

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se registaram pedidos de intervenção.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A assembleia tomou conhecimento.

#### **PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2020**

Submetida a proposta à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Sucintamente, lembrou que no ano de 2020 se procedeu a uma profunda alteração no sistema contabilístico, efetuando-se a transição do POCAL para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que se designa por SCAP. Não obstante isto (que condicionou no tempo e recursos humanos) foi um processo difícil, suscitando muitas dúvidas e libertou muitas adversidades no contexto contabilístico e que ainda não se encontra a funcionar em pleno.

Como se tudo isto já não fosse um desafio de superação, o ano em análise trouxe consigo uma das piores crises pandémicas de que há memória. O período de confinamento representou um esforço monumental por parte dos munícipes e respetivas famílias, do tecido empresarial, das instituições de solidariedade social, do movimento associativo, enfim, de toda a sociedade. O que se vivencia representa uma anormalidade que não se deve transformar num novo normal.

Adicionando a tudo isto, a descentralização de competências, o equilíbrio das contas públicas que transportam, a manutenção do esforço em manter o prazo médio de

pagamentos a fornecedores abaixo dos 60 dias, do empenho em desenvolver todos os procedimentos necessários à prossecução das candidaturas no âmbito do Quadro Comunitário e continuar a reduzir dívida e aumentar investimento.

Da análise aos documentos, referiu que a primeira conclusão a retirar é a de que a execução do orçamento demonstra que uma vez mais os documentos previsionais foram elaborados com rigor e exatidão.

Para os resultados alcançados realçou: valor total da dívida no encerramento de 2020: €6 327 266,55, lembrando que no dia 23 de outubro de 2017 o valor da dívida ficava muito próximo dos dez milhões.

No ano agora em análise, informou que já está incluído neste valor o financiamento de €1 230 000,00, referente à requalificação e ampliação da Escola Básica do Valbom e registaram um decréscimo de 17% do valor total da dívida face ao período homólogo.

Salientou que a câmara não tem como fim a obtenção de lucro, mas sim a prestação do serviço público e no ano de 2020, muito em particular, as prioridades, metas e objetivos foram claramente de apoiar de forma única e incondicional toda a população, sobretudo a mais vulnerável, ao abrigo da Ação Social, sendo que tudo isto teve uma enorme influência no resultado alcançado. As reduções implementadas no valor total da fatura da água, quer para consumo doméstico quer para o não doméstico, representou uma perda de receita de cerca de um milhão de euros. A aquisição de equipamentos de proteção individual, de máscaras, produtos desinfetantes, álcool gel entre outros, teve um peso significativo na despesa, assim como a desinfeção de ruas, lavagem e desinfeção permanente de contentores de RSU acrescido ainda da suspensão do pagamento de rendas de habitação social e de estabelecimentos comerciais de origem pública e o apoio à corporação de bombeiros e a isenção do pagamento de refeições escolares aos alunos beneficiários do escalão B de Ação Social e a isenção de taxas de ocupação da via pública para fins comerciais e a distribuição gratuita de máscaras reutilizáveis e devidamente certificadas para a população.

A toda esta argumentação, acrescentou a inventariação dos bens do domínio público que se tem registado num crescente absoluto e também a aplicação de mobilidade inter-carreiras dos funcionários, a resolução de contratos precários, a atualização de remunerações e a integração de novos funcionários.

Relativamente ao Saldo de Gerência: o ano de 2020 encerrou com um saldo de cinco milhões trezentos e dezanove euros e quarenta cêntimos e em 2017 encerraram com um saldo de quatro milhões trezentos e onze mil seiscentos e vinte seis euros e noventa cêntimos, o que face a 2019 se registou um decréscimo de 41,82%. Este facto assenta sobretudo na redução da receita em contraciclo com o aumento da despesa, onde se inclui o investimento que atingiu valores nunca alcançados pela autarquia.

Análise da receita orçamental: Analisar de forma objetiva e assertiva para os graus de execução e em função do que estava previsto e o que na realidade foi pago e se recebeu:  
- No âmbito da receita encerraram 2020 com um grau de execução de 90.49% (em termos de valores absolutos são €17 342 748,09 a que acresce o saldo de gerência de 2019 integrado no orçamento de 2020, que resulta em €24 724 741,09. Comparando em

2017 no mesmo período, o grau de execução foi de 97,17% e em 2019 o grau de receita foi de 101,59%.

No âmbito da Despesa o grau de execução com que encerrou 2020 foi de 75,08%, o que em termos de valores absolutos corresponde a e20 938 237,63, sendo que em 2017 encerraram o ano económico com um grau de 74,53% e em 2019 no âmbito da despesa com u grau de execução de 73,96%.

Quanto às Grandes Opções do Plano, o ano de 2020 encerrou com um grau de execução de 67.84%, que corresponde a uma variação de e9 470 362,88, que comparativamente a 2017, neste ano, o grau de investimento foi mais reduzido 53,26% e que ainda assim, comparativamente ao período homólogo, 2019, o grau de execução atingiu 56,08%.

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos o ano de 2020 encerrou com um resultado histórico de 60,89%, que corresponde ao melhor resultado da história do Poder Local na câmara de Alcochete, com um valor de €5 718 099,12. Se se comparar com 2017, neste ano, o grau de execução foi de 28,34%.

Destacou os seguintes investimentos:

- Requalificação e ampliação de edifícios municipais cujo valor é de cerca de 230 mil euros;
- Requalificação do polidesportivo de Alcochete, cerca de 180 mil euros;
- Requalificação da rua do Láparo, cerca de 750 mil euros;
- Recuperação e requalificação de estradas e caminhos, cerca de 920 mil euros;
- Aquisição de viaturas operacionais, cerca de 85 mil euros;
- Outros investimentos nos serviços municipais, ultrapassou os 250 mil euros.

Focalizando os graus de execução, salientou as atividades mais relevantes, onde estão incluídas as despesas de capital, nomeadamente das amortizações de empréstimos e outras despesas correntes que assumem para o município um grande relevo, como é o caso das despesas de iluminação pública, Simarsul, Amarsul entre outras.

Em 2020 encerrou o ano com 82,13%, que corresponde a um valor de €3 752 263,76 que comparativamente a 2017, tem um crescimento com valor, ou seja, em 2017 o grau de execução foi de 87,91%, mas se se fizer a comparação com o período homólogo, regista-se um decréscimo de cerca de 8%, porque em 2019 foi atingido um grau de 90,65%.

Pela sua importância, sublinhou a questão relacionada com o endividamento, lembrando que a dívida total em 2017 representava 58,89% da média da receita corrente no encerramento do ano em discussão, que corresponde a 32,25%, o que significa que se porventura à presente data fosse liquidada a dívida total, sobraria em média cerca de 65% da receita corrente. No final de 2019 a margem de endividamento era de €3 510 989 e que no encerramento das contas o valor se cifra em €4 884, 915 euros. Tudo isto assenta numa receita importante que são os impostos diretos.

De seguida, desenvolveu o historial de aplicação do IMI ao longo dos últimos anos, que à presente data tem a taxa de 0,38% quando em 2017 era de 0,45%, para além da aplicação de IMI Familiar com este executivo.

Quanto á Derrama em 2020 tal como ocorreu em período homólogo vigorou uma Derrama reduzida de 1% que aplicaram às empresas cujo volume de negócios fosse inferior a 150 mil euros.

Alcochete é um concelho ferido na sua economia, mas pujante e determinado na sua rápida recuperação da normalidade que todos desejam e da análise dos documentos presentes, pode concluir-se a redução significativa da dívida e o aumento exponencial do investimento.

Reconheceu e deixou uma palavra de gratidão a todos os que dentro e fora da organização contribuíram para os resultados alcançados, com particular destaque para os trabalhadores.

- Luiz Batista:

Disse tratar-se de uma apresentação de contas num ano que foi atípico, com uma situação pandémica com tudo aquilo que afetou a vida das pessoas.

Questionou a referência por parte do presidente da câmara, da perda de um milhão de euros só na receita da água, dado que na página 15 (do orçamento) vê orçamentado para 2020, €1 380 656,00 e tendo em conta o executado a diferença é de cerca de 340 mil euros. Desta verba para um milhão vai uma grande diferença. Contudo, concordou quando a câmara atribuiu benefícios às famílias e empresas, embora universais, através da redução do pagamento no consumo de água.

Analisado o balanço e o resumo de contas, a câmara apresenta neste exercício um saldo negativo de €1 300 000,00 e ainda incorporou 350 mil euros de Saldo de Gerência, ou seja, dinheiro do ano anterior que foi poupado. Na sua opinião a haver este défice no final do ano deveria ter sido feito um orçamento retificativo. Tendo a câmara capacidade de endividamento poderia muito bem contrair um empréstimo e não prejudicar o investimento.

-Álvaro Costa:

Dos documentos apresentados e após a análise do presidente da câmara, afirmou que em alguns casos foi rigoroso, mas com a analogia que fez a 2017 e o que foi feito nos últimos três mandatos da gestão anterior, entende que é um pouco descabido, porque partindo do princípio que em condições iguais pode haver comparação, em condições desiguais, as comparações podem não ser corretas e as do presidente da câmara não foram.

Apreciar um orçamento de 14,15 ou 16 milhões não é o mesmo que apreciar um orçamento de 23, 24 ou 25 milhões. Foi atingido um orçamento que nunca desde a existência do município tinha sido atingido e isto não depende da gestão, mas de outros fatores que todos conhecem. Orçamentos diferentes têm investimentos diferentes.

Também não se pode fazer analogia entre despesas de capital e despesas correntes, porque é incorreto. O resultado líquido em 2017 foi de cerca de dois milhões e no atual foi de 1 303 000,00 negativos. De facto, em 2017 a dívida total da câmara rondava os 9

milhões de euros e no presente ronda os 3 milhões, pelo que, tendo em conta os valores orçamentais existentes, não é uma redução substancial tendo em conta aquilo que foi dito sobre uma dívida total de 9 milhões, quando ainda havia capacidade de endividamento para mais cerca de 2 milhões. Em 2014 a câmara tinha uma dívida de cerca de 14 milhões e em 2017 cerca de 9 milhões, o que quer dizer que em três anos reduziu cerca de 5 milhões. Foi um esforço grande num orçamento limitado de 15,16 milhões de euros. É tudo uma questão de gestão e não há comparações a fazer.

Alcochete é um concelho apetecível e não nasceu de um momento para o outro, mas sim com desenvolvimento sustentado e constante ao longo dos anos. A gestão do anterior mandato foi a que deu as condições existentes e a atual gestão não faz mais que a sua obrigação, tendo meios substancialmente superiores aos que existiam anteriormente.

Entende que uma gestão feita de outra forma, teria maior proveito e benefício para as populações, fazendo certos e determinados investimentos e outros projetos.

- Presidente da assembleia:

Quanto à fiscalização da assembleia, afirmou que os deputados estavam a falar de coisas que não têm nada a ver com as conclusões que se estavam a tirar. De facto, o mapa avançado e que tomam com o estudo que é demonstração de resultados líquidos nada tem a ver com a receita despesa, porque aquilo são os rendimentos e os gastos. Está lá o IMI que se vai receber em 2021 como antecipação de despesa, porque não houve receita nenhuma. O mapa em lado nenhum compara despesa com receita. Trata-se de coisas distintas e como o são, não se pode dizer que deveria ter havido retificação ao orçamento porque a demonstração de resultados é negativa num milhão e trezentos mil euros. Não se trata de despesa. Tem 3 milhões de amortização de equipamento e todos sabem que aquilo não é dinheiro, mas sim um método matemático de tentar inventariar a perda de valor cujos bens de investimento têm. O que a assembleia aprova na alteração de orçamentos é receita e despesa e não ganhos e gastos.

- Presidente da câmara:

Esclareceu que o resultado líquido apresentado e que resulta do exercício de 2020 é nem mais nem menos que o número contabilístico que não se lhes oferece do ponto de vista da análise nenhuma preocupação em relação a esta matéria.

O executivo faz as analogias que entender fazer e uns deputados concordarão com elas e outros não, o que é normal, contudo, para o executivo é importante fazer comparações a 2017, porque foi o ponto de partida.

A perda de receita na cobrança de água já foi analisada e verificada e até pensava que os deputados já não tinham dúvidas sobre esta matéria, porém como têm, a assembleia é o local correto para proceder a esclarecimentos.

Quanto à questão da redução da dívida, afirmou que a atual saúde financeira se equaciona com o valor que foi reduzido de cerca de três milhões e que até poderia ter sido muito mais, porém, não foi só este valor, porque o valor reduzido foi de 4 700 000,00 euros, dado que é preciso não esquecer que no ano de 2020 foram à banca

buscar 1 230 000,00. Se porventura não tivessem ido o valor total da dívida teria uma redução efetiva de 4 402 034,00 euros.

Não há forma de passar uma borracha nisto, disse. A verdade é que a dívida reduziu significativamente e ainda assim o investimento cresceu exponencialmente, mas ao única e exclusivamente fazendo obras. Vivencia-se um período de que não há memória e a economia tem uma quebra de cerca de 8% e pior que este referencial é necessário recuar até 1928, quando Salazar era detentor da pasta das Finanças e tão pouco a crise que teve o seu ponto mais fugaz entre 2011 e 2015 não representa uma perda económica como que se vivenciou durante um ano, para além do valor acrescido em perda de vidas humanas por via da pandemia.

- Presidente da assembleia:

Da análise do relatório e contas, entende que o que peca neste, é comparar coisas incomparáveis e isso está no relatório do Revisor de Contas. As regras contabilísticas foram alteradas, como por exemplo: o PDM era levado a investimentos e agora vai a Despesa. Em face disto solicitou esclarecimento.

- Cláudia Santos (Chefe da DAGR):

Com autorização do presidente da assembleia e por solicitação do presidente da câmara, esclareceu o presidente deste órgão que a menção que vem no relatório do ROC é uma salvaguarda para não haver valores comparativos na DR e repare-se que a DR só tem os valores de 2020. O sistema contabilístico na sua transição previa isto (não haver valores comparativos ao nível da demonstração de resultados) contudo, os valores comparativos que estão no relatório de gestão, quer no próprio relatório do ROC são valores comparáveis dentro do que é possível comparar. Foram feitas as equivalências de contas de modo a poderem ser feitas comparações.

Relativamente à redução da receita da faturação da água, a câmara designa como faturação, mas esta tem várias componentes: tem o produto das tarifas da água, do saneamento e dos resíduos, tem as taxas de cada uma destas componentes, assim como as taxas de relaxe, de limpeza de fossas, a construção de ramais e o produto de todas estas componentes fizeram reduzir aquilo a que vulgarmente se chama de faturação de água, em cerca de um milhão de euros. Este valor não é passível de se tirar diretamente dos quadros porque está espalhado por várias rúbricas económicas.

Quanto à redução de 2 mil euros de FEF, não sabe se este está a comparar o FEF corrente com o FEF de capital. Acrescentou que esta distribuição é feita nos termos do regime financeiro das autarquias locais e a redução do FEF por vezes pode ser compensado noutras componentes de transferência do Orçamento do Estado, como é o caso da participação variável de IRS.

O Fundo Municipal Social é uma receita consignada e que desde o momento da sua criação em 2013 tem mantido o seu valor inalterável até à presente data.

Referiu ainda que apesar de o FEF ter reduzido, no global as componentes de receita do Orçamento de Estado para o ano de 2020 registaram um acréscimo face ao ano de 2019.



Submetida à votação foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP) e 12 abstenções (PSD e CDU). (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Luiz Branco Batista fez declaração de voto em nome do PSD. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta das Ata)

- Diogo da Silva Mourão fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata)

### **PONTO 3 – REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2021: 3.<sup>a</sup> REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) DE 2021**

Submetida a proposta à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Afirmou que no âmbito da sua gestão e tendo em conta os condicionalismos que o ciclo pandémico tem proporcionado, todos os dias se verifica a necessidade de proceder à 3.<sup>a</sup> revisão do orçamento e das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR), sendo que ao nível do orçamento da despesa, reforçaram e anularam rubricas no montante de mil euros. As GOP apresentam uma modificação aos anos de 2022 a 2026. As grandes alterações refletem-se sobretudo ao nível do investimento e assentam nas modificações dos anos de 2022 a 2026, devendo-se sobretudo a duas obras estruturantes que irão desenvolver: a construção da rede de saneamento e respetiva pavimentação da rua Vale Figueira, em Alcochete e a requalificação do complexo desportivo de S. Francisco.

Ao nível da AMR destacam-se os encargos plurianuais decorrentes sobretudo da descentralização de competências na área de transportes junto da AML.

Submetida à votação foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 10 abstenções (CDU). (Documento anexo à Minuta da Ata)

O presidente da assembleia propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

### **PONTO 4 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO PARA SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ACORDO RELATIVO AO FINANCIAMENTO DO EXERCÍCIO PELA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA DAS SUAS COMPETÊNCIAS DE AUTORIDADE DE TRANSPORTES**

Submetida à discussão, registou-se a intervenção do presidente da câmara, dizendo que na sequência de um pedido de esclarecimentos do Tribunal de Contas, a AML solicitou a todos os municípios a aprovação do acordo de financiamento. A presente proposta enquadra-se nas propostas que os municípios da AML também têm vindo a aprovar. A finalidade para além da aprovação do acordo de financiamento é a aprovação dos encargos plurianuais para os anos de 2022 a 2029, que resulta naquilo que é o prazo de vigência do contrato com a AML, que é de oito anos.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

#### **PONTO 5 – CONTRATAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO / REVISOR OFICIAL DE CONTAS, EM CUMPRIMENTO DO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS**

Submetida à discussão, registou-se a intervenção do presidente da câmara, dizendo que na sequência de um pedido de esclarecimentos do Tribunal de Contas, a AML solicitou a todos os municípios a aprovação do acordo de financiamento. A presente proposta enquadra-se nas propostas que os municípios da AML também têm vindo a aprovar. A finalidade para além da aprovação do acordo de financiamento é a aprovação dos encargos plurianuais para os anos de 2022 a 2029, que resulta naquilo que é o prazo de vigência do contrato com a AML, que é de oito anos.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

#### **PONTO 6 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO E CASA DE VELÓRIO DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

Submetida a proposta à discussão, com a autorização do presidente da assembleia municipal do presidente da câmara registou-se a intervenção do vereador Vasco Pinto, que informou:

O regulamento impunha-se por um lado, pela necessidade de integrar legislação entretanto publicada e também para adaptar as alterações do município com a criação de um setor de gestão de cemitérios, dentro da DISU, divisão que engloba também a parte administrativa e que anteriormente era do âmbito da DAGR.

Pretenderam também integrar num único documento matérias referentes ao cemitério/cada de velório e atribuir novas orientações naquilo que é a execução do serviço e integrar também a aquisição de uma aplicação informática para registo e gestão do próprio cemitério, incluindo o horário de secretaria que funciona nas instalações do cemitério e ainda estipular o horário de verão e de inverno.

Uma outra alteração tem a ver com o revestimento de sepulturas perpétuas que passa a ser responsabilidade e competência dos proprietários.

Considerando o crescente recurso à cremação, há necessidade de criação de cendários com definição de regras.

É também proposto um regime de concessão de sepulturas perpétuas nos moldes indicados e alertou para a futura necessidade de o cemitério ter de ser aumentado e requalificado.

Submetida a proposta à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

#### **PONTO 7 – REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

Submetida à discussão, com a autorização do presidente da assembleia e do presidente da câmara, usou da palavra a vereadora Maria de Fátima Soares, que explicou que se tratava de um regulamento construído de raiz e o que existia até à presente data eram apenas Normas. O regulamento é baseado na transferência de competências para o município na área de Educação e está representado de forma prática e sistematiza questões fundamentais como as regras de instalação, renovação, funcionamento, cancelamento de serviços, atividades de animação e apoio à família, assim como da componente de apoio à família. Abrange também questões relacionadas com a atribuição de ação social escolar e atividades de enriquecimento curricular.

Informou ainda, que para o próximo ano letivo de 2020/2021 os valores por parte da participação da família não sofrerão alterações, mantendo-se assim os preços praticados no anterior ano letivo. As refeições para o escalão B foram gratuitas e continuarão a ser, assim como o lanche diário para as crianças do escalão A e B de toda a rede de escolas públicas no concelho.

Submetida a proposta à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

#### **PONTO 8 – DESIGNAÇÃO DE 3 ELEMENTOS PARA O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR**

Submetido à votação por escrutínio secreto foi apurado o seguinte resultado:

- Andreia Patrícia Silva e Sousa – 14 votos
- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro – 14 votos
- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves – 14 votos

Desta forma, ficaram estes deputados designados para o referido Conselho Fiscal.

## **PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO**

Aberto o período, usou da palavra a deputada Ana Lúcia Maduro, para saudar a autarquia pelo serviço educativo e o Agrupamento de Escolas do concelho pela celebração do Dia da Criança.

Os professores e auxiliares que apoiaram esta celebração estão todos de parabéns, contribuindo para que as crianças tivessem um dia mais feliz.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida á discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:30 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente minuta da ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,